

**CÂMARA MUNICIPAL**

**DA**

**COVILHÃ**

**TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 06/2018**

Da reunião ordinária realizada, com carácter público, no dia 23 de março de 2018, iniciada às 9:10 horas e concluída às 11:20 horas.

Sumário:	01
Abertura	02
Período Antes da Ordem do Dia	04
Período da Ordem do Dia	13
Agenda	13
Aprovação de Atas	13
Balancete	13
Despacho	13
DAG	14
DOP	17
DL	21
DGU	22
DEASS	23
DCJD	24
Intervenção do Público	25
Aprovação em minuta	27
Votação das deliberações	27
Encerramento	27
Montante Global dos Encargos	27

**ABERTURA**

**ATA Nº 06/2018**

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, na Covilhã, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes os Senhores Vereadores José Armando Serra dos Reis, Carlos Alberto Pinto, Maria Regina Gomes Gouveia, Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, José Miguel Ribeiro Oliveira e Jorge Manuel Afonso Gomes.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

E pelas 09:10 horas, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos da presente reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

***– INTERVENÇÃO DO PÚBLICO***

***I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA***

***II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA***

***1. AGENDA***

***2. APROVAÇÃO DE ATA***

***3. BALANCETE***

***4. DESPACHOS***

***5. DEPARTAMENTOS***

***5.1 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL***

***a) Locação do Quiosque -Bar do Jardim da Ponte de Martin-in-Colo:***

***- Homologação da ata de abertura e proposta de negociação e adjudicação (aprovação)***

***- Acordo de Regularização de Dívida (ratificação)***

***b) Protocolo de Cooperação entre o Município da Covilhã e o Centro de Investigação e Desenvolvimento da Beira (aprovação)***

***c) Minuta de Protocolo de Cedência de instalações ao Lions Clube da Covilhã (aprovação)***

**5.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO**

- a) Requalificação e apetrechamento de escolas do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas do Teixoso - Conta final e revisão de preços (aprovação)*
- b) Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro da Empreitada de obras de reparação da cobertura do edifício da Escola Primária dos Trigais (aprovação)*
- c) Sinalização e Trânsito (aprovação):*
  - E.N. 18-3 – zona da Ponte Nova - Teixoso*
  - Rua Dr. Manuel Castro Martins – Covilhã*
  - Rua José Ramalho / Rua Cidade do Fundão – Covilhã*
- d) Iluminação Pública (aprovação):*
  - Alteração de Potência IP - SITIO MARUJO, 0430 PT, OFICIO 530/2018 Freguesia: FERRO Concelho: COVILHÃ*
  - Alteração de Potência IP - RUA FONTE DE BAIXO, 327 PT, Casegas*

**5.3. DIVISÃO DE LICENCIAMENTO**

**5.4 DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

- a) Processo de Obras Nº 375 – Megaestrutura – Gabinete de Engenharia e Arquitetura, Lda. (acionar garantia bancária)*

**5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE**

**5.6. DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO**

## I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente deu o uso da palavra aos Senhores Vereadores:

O Senhor Vereador Carlos Pinto solicitou os seguintes esclarecimentos:

Sobre a barragem, que se torna urgente não apenas dar a conhecer a ele como Vereador, mas também aos Covilhanenses, em que ponto se encontram os trabalhos da Câmara sobre este tema. Se já existe local, projeto, financiamento ou se a Câmara já abandonou o projeto.

Face a ter tomado conhecimento que, numa das últimas reuniões da Câmara, o Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes interpôs o Senhor Presidente em Exercício, Vereador Serra dos Reis, sobre a questão do Tribunal de Trabalho, referiu que se estava a exprimir enquanto Vereador, e estranhou que o Senhor Presidente em Exercício não tenha mostrado conhecimento deste problema e não dar a informação que se impunha, ou seja, segundo informação que tinha é que desde agosto de 2015 a Câmara Municipal tem as regras definidas quanto às decisões que a instância judicial proferiu sobre esta matéria, negando uma providência cautelar e se não sabia de uma ação de reivindicação sobre aqueles edifícios. Que deveria ter sido dito, para que não houvesse uma distorção completa sobre a razão da Covilhã não ter o Tribunal de Trabalho instalado naqueles edifícios.

Que sabia, enquanto Vereador, que a entidade comodataria daquele espaço o terá recebido com uso habitacional, fazendo as alterações necessárias no valor de 50.000€ e que, naturalmente, reivindicou à Câmara, com total disponibilidade para resolver o problema em termos de pagamento programado, para que lá pudesse já estar instalado o Tribunal de Trabalho.

Portanto, “se há uma situação que tem a ver com a não instalação do Tribunal de Trabalho nas instalações definidas pelo Ministério da Justiça, a culpa é apenas deste Executivo e do Senhor Presidente da Câmara, que se fechou completamente naquele espírito que tanto apregoa, de não litigância e, neste caso, em vez de reconhecer, como devia, visto que são obras que efetivamente melhoraram aquele património municipal, recusou, e ainda por cima não hesitou em colocar no plano judicial esta questão. Creio mesmo, que o gesto da Câmara a este propósito seria bem-vindo para ultrapassar esta questão”.

Questionou sobre a posição e decisão sobre a implementação das devidas medidas da Câmara Municipal, relativamente à ação contra o Presidente da Câmara, o Vereador da penúltima Câmara (2009/2013) e o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, com sentença judicial proferida já em 26.03.2015, e que tem a ver com a construção de uma habitação unifamiliar na freguesia do Teixoso, à margem da lei, uma vez que foi implantada a dezenas de metros do local onde foi aprovada e que para a qual conseguiu chegar a obter licença de utilização.

Requeru à Câmara, nos termos da lei, que lhe fosse fornecida informação sobre as áreas, titulares e valores, sobre os processos e procedimento de todas as taxas cobradas nos edifícios em construção, construídos e licenciados durante o ano 2017, na Alameda Europa e zonas confiantes, designadamente na Travessa da Rua da Olivosa e na Avenida da Anil.

Relativamente à receção da convocatória da reunião extraordinária para o dia 27.março.2018, referiu que, embora estando no âmbito dos poderes do Presidente da Câmara, chamou a atenção para o facto de dois Vereadores não estarem a residir no concelho, solicitando que fossem agendadas com uma antecedência mais lata, para que lhes permitisse organizarem-se para poderem estar presentes. Por outro lado, estranhou os assuntos não virem à presente reunião, evitando tal reunião extraordinária.

Sobre a documentação fornecida, solicitou que os serviços fossem completos na informação, designadamente pelo facto de não referir a seguinte informação: “porque é que a Câmara da

## ATA DA REUNIÃO DE 23/03/2018

Covilhã acumulou uma dívida de 4 milhões de euros à EDP no mandato anterior e presente? Não está a projeção do custo do financiamento relativamente ao silo-auto.” Apelando que tais dados lhe fossem fornecidos, relativamente ao empréstimo.

O Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes começou por salientar que em virtude da fatalidade dos fogos do ano passado o tema do interior está, felizmente, por maus motivos, na agenda política e se há momento para se conseguir propostas que possam de alguma maneira ajudar o interior, este era o momento. Porque é o momento em que os agentes políticos do Estado Central e a comunicação social estão mais alerta para o problema. Que um dos movimentos mais ativos tem sido o Movimento pelo Interior, do qual a Covilhã, aparentemente, não faz parte, do ponto de vista da sua estrutura. No entanto, notava uma certa ausência da Covilhã nos trabalhos do Movimento e questionou que propostas a Câmara Municipal da Covilhã já fez chegar a esse Movimento, para que o interior não ficasse, do ponto de vista da discussão, cingido às capitais de Distrito.

Questionou da razão do Conselho Municipal de Educação ainda não estar constituído formalmente e, caso esteja, porque que é que ainda não reuniu, tendo em conta que, neste momento, se discute algo muito importante para a juventude do concelho e para o movimento associativo;

Que tinha conhecimento de que a Câmara não tinha respondido a um questionário do Governo e enviado através do IPJ, relativamente ao Plano Nacional da Juventude, instrumento importante para o financiamento do movimento associativo juvenil, questionando da razão de não ter respondido e caso o tivesse, lhe fosse facultada a resposta;

Tendo na última reunião de Câmara levantado a questão sobre o papel importante das Associações de Pais do Concelho, que se tem substituído e é complementar a atuação da Câmara ou de outras entidades públicas na aquisição de equipamentos, em seu entender, deveria olhar-se para as Associações de Pais com um olhar mais sistemático, propondo que a Câmara fizesse um levantamento daquilo que as Associações de Pais têm estado a financiar. E, tendo em conta o papel que têm tido, deveriam encontrar uma forma, que fizesse algum sentido, de as colocar como atores principais do movimento associativo do concelho e, nomeadamente, homenageá-las no Dia da Cidade;

Tendo conhecimento da realização de vistorias à habitação social, questionou se já existe algum resultado e ponto de situação;

Questionou, novamente, sobre o ponto de situação dos transportes públicos para a Quinta Branca e se a resolução estava para breve; das traseiras do Bloco 5 e 6 da Rua Conde José Calheiros, uma vez que a situação continua com a falta de limpeza, pretendendo os moradores que se crie estacionamento; reclamações sobre a iluminação pública e se é possível melhorá-la; razão da não realização da Feira de Emprego; reclamação do caminho de acesso ao pavilhão da UBI.

O Senhor Vereador Serra dos Reis deu nota que a Câmara Municipal da Covilhã, em particular os pelouros da floresta, ambiente e cultura, celebraram o Dia Mundial da Árvore e da Floresta, no passado dia 21. Saudou todos quantos se juntaram a este movimento, sendo a prova que a dinâmica leva à participação cívica e ao envolvimento de todos na defesa da floresta. Participaram cerca de 200 pessoas, foram plantadas cerca de 2.000 árvores autóctones, tendo contribuído para o efeito, a quem agradeceu, a GNR, PSP, BVC, Proteção Civil da Covilhã e Castelo Branco, Empresas Municipais, Serrashopping, Coolabora, Agrupamentos de Escolas, organizações de produção florestal, com destaque para as equipas de sapadores florestais ligadas ao ICNF, Junta de Freguesia da Erada, Grupo de Cidadãos do Movimento dos Guardiões da Serra da Estrela. Também, em parceria com as Escolas, num gesto simples e não menos simbólico, promovemos uma exposição de trabalhos escolares no átrio dos Paços do

## ATA DA REUNIÃO DE 23/03/2018

Concelho. Por cada trabalho, entregámos uma árvore autóctone para ser plantada, em sítio escolhido, pelos alunos. Celebramos também, o Dia Mundial da Poesia, onde alguns escritores e poetas do concelho recitaram poesia, no ato de abertura da exposição.

No que se refere há limpeza das faixas de gestão, informou que o que se pretende limpar são as árvores altamente combustíveis, designadamente o pinheiro bravo e o eucalipto e que o prazo não foi prorrogado mas somente a suspensão das coimas até 31 de maio. Que a Câmara iria apresentar um plano para se substituir aos incumpridores.

No que respeita à ARU, vai ser alargada, pois há uma apetência pela reabilitação dos edifícios degradados e para tal o IFRU é um instrumento fundamental. Informou que o PARU é uma questão diferente. Na sessão de esclarecimento do IFRU, 170 participantes manifestaram a vontade em concorrer e reabilitar edifícios fabris degradados.

Relativamente ao referido sobre o Movimento pelo Interior, que registou com muito agrado e estava extremamente contente “que aqueles que andaram em 98 a pregar contra a regionalização, hoje se digam os maiores amantes da mesma. São sempre bem-vindos. Era necessário fazer o mea-culpa por quem foi responsável por esta situação ter acontecido, porque os verdadeiros problemas do interior só se resolvem com uma verdadeira regionalização do país.”

Respondendo ao Senhor Vereador Carlos Pinto, relativamente ao Tribunal de Trabalho, disse que iria “resumir em dois episódios por um romance que é “amar a Covilhã acima de todas as coisas”. Foi pelo amor pela Covilhã acima de todas as coisas que, o Senhor, enquanto Presidente da Câmara e da RUDE, ocupou o espaço onde se pretende instalar o Tribunal de Trabalho. Construiu e muito bem um edifício magnífico, com fundos públicos de todos nós, onde essa Associação, o Centro de Artesanato e outras Atividades estiveram instaladas. Só não percebo que nesse edifício, tenha acabado uma atividade meritória para Idosos e tenha retirado de lá a associação colocando-a num edifício que nos faz tanta falta. Não entendo que o amar a Covilhã acima das coisas lhe permita colocar um camião à frente do edifício, fechar as portas com correntes e mantê-lo selado e fechado às moscas, não se sabendo com que objetivo. Podia lá alocar quase todas as associações da cidade e albergar a associação a que o Senhor Preside, mas não, preferiu colocá-la num espaço que é nobre e que nos faz tanta falta. Apelo ao seu amor incondicional pela Covilhã e estou certo que o Senhor, certamente, vai repensar e retirar de lá a associação e colocá-la nesse edifício que está às moscas.

Episódio n.º 2. Eu Presidente da Câmara Municipal da Covilhã e também Presidente da Associação “R”, em 2013, o último ato que fiz, por amar a Covilhã acima de todas as coisas, foi notificar e assinar pelo meu próprio punho, ordenando à Dr.ª Graça e o Dr. Júlio, pague-se à minha associação 85.000€ de quotas de 2014 e 2015. Isto porquê? Porque o meu amor incondicional pela Covilhã faz-me crer, que os que a seguir a mim, será o caos, os que eu apoio não são de confiança, os que não apoio muito menos, pelo que nunca vão sequer arranjar 170.000€ para pagar as quotas à associação que presido durante este mandato. Então, eu saio da Câmara por um interregno de 4 anos, depois cá estarei. É apenas um período transitório, em 2017 eu estou cá, porque o povo não vai perdoar a estes incompetentes que não arranjam 170.000€ para pagar o meu amor incondicional pela Covilhã e assim, no dia 20 de outubro de 2017, quando tomar posse, porque a Covilhã vai pôr-me aí, de vento em popa e o primeiro ato que vou praticar, Senhora Dr.ª Graça Robbins e Dr. júlio Costa, arranjem já um cheque de 85.000€ das quotas que estão em atraso de 2016 e 2017. Mas, como isso falhou, o primeiro ato, do meu amor incondicional pela Covilhã, foi, como a Câmara não pagou os tais 85.000€, que deve, um Advogado está já sobre a Câmara, exigindo, o pagamento imediato, porque se não pagarem, embora eu não goste nada de litigâncias, vou por a Câmara Municipal em Tribunal para pagarem compulsivamente, à minha associação 85.000€.

Senhor Vereador e Presidente da Rude, o Senhor, sabe tão bem quanto eu, que todos os GAL no país estão instalados em edifícios próprios e tiveram fundos a 100% para criarem as suas sedes. Têm o seu funcionamento e as suas instalações pagas a 100%. Então o Senhor está a

## ATA DA REUNIÃO DE 23/03/2018

reivindicar 50.000€ para libertar o espaço, quando o Senhor sabe quanto eu, que teve dinheiro para construir ou requalificar uma sede para sua associação a 100%.

Olhe, uma congénere, que o Senhor conhece muito bem, nunca recebeu um tostão de quotas da Câmara, recebe agora 50€ anuais, não obstante tem sede própria. O primeiro ato de amor incondicional pela Covilhã que o senhor deve praticar, é pedir à Câmara que reduza as quotas da Rude de 42.500€ para 50€ anuais, como recebe a ADERES.

Senhor Vereador, com o devido respeito que me merece, enquanto Presidente da Câmara que foi e da Associação que é, apelo apenas ao seu amor incondicional pela Covilhã, peça a redução das quotas dos 42.500€ para 50€ e a Câmara arranja-lhe logo dinheiro para lhe pagar os 50.000€. Retire a associação e coloque-a no edifício devoluto, e o Tribunal de Trabalho virá em dois dias porque é esse edifício que eles querem.”

O Senhor Vereador Jorge Gomes fez a seguinte intervenção que se transcreve:

“Nestes cerca de 5 meses, como Vereador, tenho dado primazia à análise, discussão e troca de opiniões e experiências com todos os responsáveis e colaboradores diretos de todos os Serviços sob minha responsabilidade, pois entendo que para realizar o que quer que seja, necessito de ter conhecimentos do terreno que piso...

Ganhamos força, coragem e confiança, através de cada experiência, através de cada empreendimento que abraçamos, e para isso, é fundamental o conhecimento, é através dele, que podemos construir, o que quer que seja na nossa vida.

Devo, por uma questão de clareza, repetir mais uma vez, de que estamos confinados aos parâmetros de estrangulamentos financeiros, com que este Executivo, bem como o anterior se deparam, fruto de gestões municipais anteriores, por demais inadequadas, erradas e confusas e esquisitas, que de alguma forma cerceiam os desejos de em cada dia, melhorar as condições de vida dos munícipes que são a razão primeira da nossa ação enquanto responsáveis autárquicos.

A herança económico/financeira que herdámos é, continua a ser, muito pesada!!!

De tudo isso tenho dado conta nas sessões do Executivo, ao Senhor Presidente aos meus colegas Vereadores e muito particularmente nas sessões públicas para que desta forma me colocar à disposição dos munícipes para todos os esclarecimentos que por bem entendam colocar.

É esta a minha forma de trabalhar!

Somos uma equipa coesa e determinada, estando certos de que, paulatinamente, com passos curtos mas firmes, conseguiremos resultados satisfatórios a breve trecho, e desta forma, colocarmo-nos num patamar confortável de desenvolvimento no nosso Concelho.

A vida é como um balanço, às vezes, com nossas próprias mãos tentamos apressar os acontecimentos da nossa vida, e com nossas próprias mãos ocasionamos a nossa maior queda, e assim sendo, é dever dos que têm da “coisa pública” uma visão séria, responsável e honesta, ser prudente nas ações, em todas as ações humanas, estabelecer equilíbrios e harmonias em toda a ação administrativa para que fomos eleitos, sabendo analisar e dar resposta prioritária ao mais premente e essencial, é o que aconselha o bom senso nem sempre compreendido pelos que, mais preocupados na gestão e digestão de ódios e frustrações, sempre encontram meios e motivos para tentar atrapalhar e denegrir a imagem e a ação, de quem, de forma esforçada, a cada dia trabalha em prol do bem-estar das populações.

## ATA DA REUNIÃO DE 23/03/2018

Uns, numa tentativa absurda de travar a roda da história, criticam e opõem-se à melhoria gradual de quem trabalha no município numa situação de continuada precaridade, com a instabilidade psicológica que essa condição acarreta, depois, pretendendo e sugerindo a diminuição das rendas de casa e exigindo simultaneamente a efetivação de melhorias nas mesmas, é não ter em conta o realismo administrativo e financeiro de uma Câmara que, como já repetidamente foi referido, se encontra numa situação de real e efetiva dificuldade financeira, tentando o atual executivo camarário proceder à sua recuperação, situação esta, decorrente de megalomanias de outros, que se esquecendo de gestões municipais erradas, deixando a Câmara numa situação de extrema fragilidade financeira, vêm alimentando folhetins primários e de muito mau gosto, à falta de ideias inovadoras, incapazes de uma oposição criativa, alimentando episódios caricatos e absurdos a propósito de tudo e de nada.

A Barragem, a chuva ou a falta dela, é o pretexto medíocre que move esses espíritos da penumbra, que vivem no limbo das ideias, porque, uns e outros, e como diz o nosso Povo, passando a vida a discutir se chove ou não chove, nunca poderão ir para o Céu, porque lá, faz sempre bom tempo.

Entretanto, vou, vamos, trabalhando e dedicando o melhor de nós, naquilo que é mais importante; o bem-estar da população do nosso Concelho, tentando levar à prática as ações decorrentes da constatação objetiva, que numa época dominada pelos princípios da subsidiariedade e da globalização, o desenvolvimento das sociedades e dos territórios, exige organizações autárquicas cada vez mais eficazes e prestadoras de serviços qualificados, capazes de responder adequadamente às exigências e expectativas dos cidadãos do século XXI.

E assim sendo, julgo ser de boa prática administrativa dar uma atenção especial a várias ações, das quais destaco:

- Saneamento financeiro
- Aumentar a eficiência operacional em todos os sectores do Município
- Melhorar a Produtividade dos Colaboradores
- Conformidade e responsabilização
- Potenciar soluções tecnológicas
- A problemática da água
- Transportes, energia, educação e cultura
- Habitação Social
- Desenvolver a economia local
- Estimular a ação social e conservação e valorização do património
- Melhorar o atendimento ao munícipe

São questões e preocupações, que devem estar sempre na ordem do dia na Administração Autárquica, considero!

Considero também, que os colegas Vereadores responsáveis pelos itens ora enunciados, como pessoas empenhadas que são, estão a dispensar aos mesmos, a sua melhor atenção e saber.

Com efeito, a rápida alteração dos circuitos de vida dos cidadãos a nível social, económico, tecnológico e político, impõe aos agentes de administração pública, no caso presente, autárquica, novos desafios e debates sobre, o que afinal de contas, representa, poderá representar, os princípios enunciados da já citada subsidiariedade e globalização.

Vemos, ouvimos e assistimos, entre nós, os adeptos de determinado tipo de desenvolvimento económico, sem qualquer espécie de pudor, tecer loas à globalização a qualquer preço, sem alma, sem humanismo, sem solidariedade.



## ATA DA REUNIÃO DE 23/03/2018

Pode a globalização encurtar distâncias métricas, mas que se exija também o encurtar das distâncias afetivas e solidárias.

Pode a globalização fornecer mais informação, mas que nos proporcione a liberdade e capacidade de opinião e participação.

Pode a globalização proporcionar a expansão de negócios e permutas comerciais, técnicas e de desenvolvimento científico, mas que isso não signifique o empobrecimento de alguns povos e algumas nações.

Deseja-se, que os princípios da globalização, terão de ter, privilegiadamente em conta, a sua vertente social, o bem-estar das populações, dando resposta aos seus legítimos anseios e aspirações, já que, em meu entender, são os fundamentos primeiros que sustentam, devem sustentar, a nossa ação política e autárquica e, para isso, devemos enfrentar, com coragem, o desafio que inclui a necessidade das autarquias serem ainda mais eficientes e capazes de promover novas políticas municipais e de se adaptarem às exigências de uma sociedade em mutação.

Considero ser fundamental estar atento a todas as oportunidades com vista à promoção do desenvolvimento, e fundamentalmente trabalhar e encontrar inovadoras formas de dar resposta criadora, face a um horizonte tão vasto de questões e preocupações.

Autarca é aquele que está mais próximo do seu povo e com ele partilha as mesmas carências, os mesmos anseios, vive as mesmas ambições, às vezes frustrações e a todas as esperanças.

Não queria terminar sem dizer que é um gosto ao fim de três meses do ano 2018 e cerca de quatro meses depois da última presença, voltarmos a encontrar o Senhor Vereador Carlos Pinto numa reunião de Câmara honrando o mandato para o qual os covilhanenses o elegeram. Também dizer-lhe que o seu grau de satisfação com a barragem vazia é bastante superior ao meu com a barragem cheia.

Disse...”

O Senhor Vereador José Miguel Oliveira deu nota da realização, no passado dia 17 de março, do Fórum Associativo, na Faculdade de Ciências da Saúde que, na sua ótica e do Executivo teve muito sucesso e que contou com a participação de cerca de 200 Associações. Que o Fórum pretendeu, para além de apresentar aquilo que é a ideia de política municipal do associativismo deste Executivo para o concelho, também trouxe à liça outros assuntos relacionados com políticas de apoio ao associativismo e projetos colaborativos e que, brevemente iria submeter á aprovação o respetivo Regulamento.

Felicitou a UBI e o seu projeto de Futsal, distinguido pela Federação Portuguesa de Futebol, com o Galardão Quinas de Ouro. Projeto que está assente no espirito que pretendem desenvolver cada vez mais no associativismo, espirito colaborativo, tendo o seu alicerce na parceria Grupo Desportivo da Mata/AAUBI.

Deu nota do Dia Mundial da Água, tendo a empresa ADC realizado a nível do concelho um concurso aberto a crianças e jovens e contou com mais de 500 participantes, com entrega de prémios, com vista a sensibilizar os mais novos para a utilização de um recurso que sabemos que é escasso e importante.

Relativamente à abordagem da barragem disse que quando ouvi o Senhor Vereador Carlos Pinto falar dela “quase que me consigo esquecer que ele teve mais de 20 anos à frente da Câmara Municipal sem a conseguir fazer. Fala de uma maneira tão sabedora e com douto conhecimento que nos esquecemos que ele foi o responsável autárquico e não conseguiu

## ATA DA REUNIÃO DE 23/03/2018

sequer colocar uma pedra. E teve de vir um Executivo Socialista, para no mandato anterior, conseguiu fazer a segunda fase do sistema de adutoras à Covilhã.”

Quanto às questões colocadas, só mostravam desconhecimento relativamente a este tipo de processos. Quanto à localização, era consabido que advinha de um estudo prévio, apresentado em estudo de impacto ambiental e terá de ir com várias propostas de localização e não apenas uma, e de acordo com essas avaliações é que a sua localização é determinada.

Em relação ao financiamento, neste momento, só há uma possibilidade. É a abertura específica de uma linha de financiamento para este projeto, situação que a Administração da ICOVI e o Senhor Presidente da Câmara estão a trabalhar junto do Governo tendo em conta aquilo que foi o período de seca que se viveu, as necessidades que existem hídricas a nível do país, havendo sensibilidade do Governo para essa temática.

Relativamente aos pontos da OT da reunião extraordinária, que também ficava surpreendido com as questões colocadas, uma vez que a dívida à EDP advinha de um contrato celebrado no ano 2000; relativamente à questão da eletricidade do SMAS, que nada tinha a ver com despesas de eletricidade deste último mandato. Há uma coisa “que este Executivo sabe bem, é pagar dívidas que por acaso foram feitas por V. Exa.”

A Senhora Vereadora Regina Gouveia, relativamente à habitação social, informou que estavam ainda a desenvolver o diagnóstico e que, segundo as últimas informações que recebeu, estavam concluídos três bairros, vindo a ter como resultado um relatório que se prende com questões sociais, mas também com as condições de habitabilidade. Que o diagnóstico deverá ter consequências é óbvio, mas que iriam estar à partida condicionados por um problema que tem a ver com o facto de, em vez de terem rendas que poderiam ser usadas para manutenção das habitações, estão as mesmas hipotecadas, obrigando a que a Câmara tenha de pagar mensalmente elevados montantes que se prendem com obrigações bancárias. Mas teriam de fazer alguma coisa e, para já, iriam ser intervencionados alguns fogos, os mais prementes. Que se tratava de um desafio muito difícil mas que, obviamente, tinham de ser consequentes com o trabalho de levantamento que estavam a fazer. Que não os iria, com certeza, satisfazer todos os beneficiários e fazer tudo o que gostariam, queriam e seria desejável que fosse feito, mas iriam fazer o máximo que lhes fosse possível.

Quanto à Feira de Emprego, esclareceu que a Câmara aceitou uma proposta da AAUBI para que se associasse e, através desta parceria, acrescida a outra que já existe com o IEFP, pensaram conferir uma dimensão e orientação diferente, ou seja, mais vocacionada para o ensino superior e para a empregabilidade de quem concluiu o ensino superior. Devido a constrangimentos que surgiram por parte da AAUBI ficou adiada a Feira de Emprego. Sendo uma atividade já regular da autarquia, ela ia acontecer. Estavam a reanalisar aquilo que tem a ver com esta nova parceria e como iam conseguir concretizar este desafio com novos objetivos.

Quanto ao Conselho Municipal da Juventude, informou que a sua constituição estava definida e na fase de conclusão do processo, com o agendamento de uma reunião plenária para tomada de posse.

Em relação ao questionário do IPJ, iria averiguar o que se passou, depois de se informar devidamente.

Relativamente às atividades dos seus pelouros, informou que os meses de março e abril estão a ser, em termos de agenda cultural, desenvolvidas com base na articulação das áreas da educação e da ação social, ligadas a literatura, poesia e teatro.

Salientou que, no mês de março, continuaram a contar com a colaboração de muitos artistas, designadamente escritores, que se deslocaram a lares e centros de dia, levando a literatura a idosos institucionalizados, uma ação que dignificou todos e fez sentir muito bem relativamente a uma missão social que passa por usar a arte para levar mais companhia,

sensibilizando também para a fruição da própria arte; que os alunos das escolas secundárias iriam levar poesia a idosos que estão mais isolados em algumas freguesias do concelho; a comemoração do Dia Mundial do Teatro, com início no dia 18 de março, marcado pelo planeamento e a passagem para um novo paradigma na cultura do Município, que se prende com a reabilitação do Teatro Municipal, com uma exposição às memórias do Teatro, uma homenagem a Ruy de Carvalho e, a culminar, a apresentação pública do plano estratégico para o novo Teatro Municipal e decorria uma recolha de testemunhos de memórias do Teatro de munícipes e atores; em abril, iriam continuar com a literatura nas ruas, na cidade e em algumas freguesias.

O Senhor Presidente deu o uso da palavra ao Senhor Vereador Carlos Pinto para lavrar o seu protesto e disse: “Tudo isto se evitava se o Senhor Presidente nos fizesse uma síntese, porque já vi que esta Câmara está a funcionar em termos de ventríloquos. O Senhor Presidente está a falar por vários Vereadores. Revela bem o respeito pelas questões que lhe são endereçadas em termos concretos. É sobre esta matéria que nós temos de definir aqui. Eu trouxe aqui questões concretas sobre a administração municipal e os Senhores estão a transformar isto num teatro de debate político.

Em relação ao senhor Vereador Jorge Gomes começo por lhe dizer que não tenha receio, porque o record de ausências na Câmara Municipal da Covilhã às reuniões do Executivo está muito bem entregue ao atual Senhor Presidente, que durante meses e trimestres não pôs os pés na Câmara por razões que nunca foram invocadas por outros Vereadores por uma questão de ética. Acha que a graduação da medição da intervenção política se faz por aí? Perdem tempo a invocar isso, “até porque quando cá venho, está visto, que as respostas concretas que me podem ajudar a esclarecer os munícipes e a mim próprio, não me as dão. E sobre o seu setor tenho perguntas para lhe fazer na próxima reunião, sobre investidores que andam aí à volta”.

“Começando pelo Senhor Vereador José Miguel Oliveira, fico espantado, porque o Senhor não sabe a origem dos contenciosos desta Câmara relativamente à EDP. Não lhe disseram que os SMAS distribuía energia de 1974 a 1975, e que até 2000, distribuía essa energia e não a recebiam, em termos de contrapartida dos consumidores e, que em 1990, tivemos de iniciar um processo nacional de negociação, de integração das redes na EDP? Não sabe que a dívida foi gerada numa Câmara de um saudoso Presidente Socialista?

Também não sabe que o financiamento para a obra que fizeram, supostamente da fase da barragem, das condutoras e adutoras foi negociado e contratualizado pela penúltima Câmara? Apresentaram alguma candidatura ao Banco Europeu de Investimento e a Fundos Comunitários? Não recebeu um visto do Tribunal de Contas em Dezembro de 2013? Em relação à matéria da barragem só estou a perguntar uma coisa muito simples: Qual é o local? Como estamos de financiamento? Como estamos de projeto?”

“Quanto ao Senhor Vereador Serra dos Reis, o Senhor tem de saber que anda num sítio errado para falar de amor e dedicação. O Senhor não explicou porque é que não transmitiu ao Senhor Vereador que pôs as questões sobre o Tribunal de Trabalho e não lhe disse que os Senhores tinham posto uma ação em Tribunal e que não entabularam um processo negocial para esse efeito. E mente quando fala aqui de quotas de 80.000€; além disso o Senhor não fala de outra coisa. É que este Município recebeu cerca de 6 milhões de euros de fundos comunitários canalizados por aquela associação. Eu não estou aqui como Presidente da Associação e o Senhor devia ter pelo menos a ética de não abordar isso nessa qualidade. Quando quiser convocar o Presidente dessa Associação para o seu Gabinete, faça favor.

Retomando a ideia que aqui deixei, as questões concretas que se põem nesta sede e que eu acho que o Senhor Presidente, se domina os assuntos, devia ter como preocupação porque se não vamos passar a dirigir-nos ao Vereador do Pelouro.

## ATA DA REUNIÃO DE 23/03/2018

Desse ponto de vista, tem de capacitar-se que nós queremos fazer andar a Covilhã mesmo nas vossas insuficiências, como estão á vista. Como não tem nada para apresentar, andam aqui agarrados a 20 de outubro 2013. Parem e traga-nos coisas concretas”.

O Senhor Presidente referiu que tinha todo o gosto de responder às questões colocadas pelo Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes, por serem feitas com princípios éticos.

Relativamente á agenda politica sobre a problemática do Interior, e que para a qual foi convidado deu nota que o Movimento nasceu, mas na sua génese estão, conversas e encontro de trabalhos do Presidente dos Autarcas Sociais-democratas e Socialistas, ambos do interior.

Não querendo formular juízos definitivos sobre o Movimento, que está a dar os primeiros passos e que são todos bem-vindos, de todos os quadrantes políticos e de todas as áreas.

Que concordava que foram as tragédias do verão que puseram na agenda politica o debate sobre a problemática do Interior.

Esclareceu que não pode estar presente por razões de total impossibilidade, tendo-se feito representar pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal na reunião desse encontro, que teve lugar na Covilhã.

Que oportunamente dariam “os seus contributos em nome do Executivo e dos Covilhanenses; que tinham ideias concretas sobre o assunto, sem panaceias; não tinham soluções mirificas para um problema tão denso, tão problemático e que tanto nos assola”.

Concordava que as Associações de Pais da Covilhã tem um papel relevantíssimo, em termos de colaboração e cooperação com a comunidade escolar, Câmara Municipal e juntas de Freguesia, sendo importante que se lhes reconheça esse valor e agradecer o trabalho que desenvolvem. Que iriam procurar saber em concreto os “contributo materiais” que tem dado para esta causa.

Em relação ao Teatro Municipal informou que na próxima semana a informação será em primeira mão dada aos Senhores Vereadores da oposição que se dignarem comparecer, podendo, á reunião extraordinária.

Registou as preocupações em relação à Rua José Calheiros e quanto á iluminação pública, situação que já terá alertado com vista à sua resolução, bem como a reparação do acesso ao pavilhão da UBI.

Quanto à Feira de Emprego, esclareceu que a sua não realização nas datas indicadas se prenderam por razões de natureza logística, realizando-se noutra data.

## II - PERIODO DA ORDEM DO DIA

### 1. AGENDA

### 2. APROVAÇÃO DE ATAS

Não existem documentos agendados neste ponto.

### 3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à ata, e que apresenta os seguintes valores:

. **Total de Disponibilidades: 1.671.913,17€ (um milhão, seiscentos e setenta e um mil, novecentos e treze euros e dezassete cêntimos).**

. **Documentos: 0,00€.**

. **Dotações Orçamentais: 1.093.124,10€ (um milhão, noventa e três mil, cento e vinte e quatro euros e dez cêntimos).**

. **Dotações não Orçamentais: 578.789,07€ (quinhentos e sessenta e oito mil, setecentos e oitenta e nove euros e sete cêntimos).**

### 4. DESPACHOS

## 5. DEPARTAMENTOS

### 5.1 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

#### a) **Locação do Quiosque -Bar do Jardim da Ponte de Martin-in-Colo:**

##### ***- Homologação da ata de abertura e proposta de negociação e adjudicação***

Presente para homologação, Atas de Abertura, Análise e Negociação da Proposta para Locação do Estabelecimento “Quiosque-Bar do Jardim da Ponte de Martin-in-Colo” para o período de 2018 a 2023, com início a 01.abril.2018, com proposta de adjudicação.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes questionou, uma vez que se constatava que existiam dívidas e de se estar a impor agora uma renda superior, se a Câmara se precaveu.

O Senhor Presidente deu o uso da palavra à Senhora Diretora do Departamento de Administração Geral, esclarecendo que a nova renda não é imposta pelo Município. Que no âmbito do concurso, o proponente, que foi único, propôs esta nova renda.

**A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, homologar as Atas de Abertura, Análise e Negociação da Proposta para Locação do Estabelecimento “Quiosque -Bar do Jardim da Ponte de Martin-in-Colo” e atribuir a sua locação com início no dia 01/04/2018, pelo prazo de cinco (5) anos, improrrogáveis, à proposta apresentada por Francisco Miguel de Jesus Franco Rodrigues, titular do NIF 133.442.349, pelo valor da prestação mensal de € 160,00 acrescida de IVA à taxa legal em vigor, comprometendo-se o concorrente a respeitar integralmente as condições gerais do concurso, os termos da sua proposta e as condições que foram acordadas na negociação.**

##### ***- Acordo de Regularização de Dívida***

Presente acordo de regularização de dívida, para ratificação, entre o Município da Covilhã e o Senhor Francisco Miguel de Jesus Franco Rodrigues, contribuinte fiscal n.º 133 442 349, locatário do Estabelecimento “Quiosque -Bar do Jardim da Ponte de Martin-in-Colo”, relativo aos valores em dívida, no montante de 3.646,30€ (três mil seiscientos e quarenta e seis euros e trinta cêntimos), acrescido dos juros de mora nos termos legais, a liquidar da seguinte forma:

- Com início no mês de abril de 2018 e deverão ser liquidadas até ao dia 10 de cada mês, num total de 24 prestações, sendo que o valor da 1.ª à 23.ª prestação é de 150,00€ (cento e cinquenta euros) e o valor da última de 196,30 (cento e noventa e seis euros e trinta cêntimos).

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

**A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, ratificar o acordo assinado em 01.março.2018, entre o Município da Covilhã e o Senhor Francisco Miguel de Jesus Franco Rodrigues, contribuinte fiscal n.º 133 442 349, locatário do Estabelecimento “Quiosque -Bar do Jardim da Ponte de Martin-in-Colo”, relativo aos valores em dívida, no montante de 3.646,30€ (três mil seiscientos e quarenta e seis euros e trinta cêntimos), acrescido dos juros de mora nos termos legais, a liquidar da seguinte forma:**

- **Com início no mês de abril de 2018 e deverão ser liquidadas até ao dia 10 de cada mês, num total de 24 prestações, sendo que o valor da 1.ª à 23.ª prestação é de 150,00€ (cento e cinquenta euros) e o valor da última de 196,30 (cento e noventa e seis euros e trinta cêntimos).**

**Mais deliberou, que em caso de incumprimento dos pagamentos referidos corresponde à imediata resolução do contrato de locação, assim com à instauração do correspondente processo de execução fiscal.**

**b) Protocolo de Cooperação entre o Município da Covilhã e o Centro de Investigação e Desenvolvimento da Beira**

Presente Protocolo Cooperação entre o Município da Covilhã e o Centro de Investigação e Desenvolvimento da Beira, tendo por objeto desenvolvimento da parceria no âmbito da candidatura a financiamento ao Concurso a financiamento público (AVISO N.º 18/2014) a projetos no âmbito do Programa Nacional para a Saúde Mental, tendo como finalidade promover a autonomia de pessoas mais velhas com patologia mental crónica (doença mental e ou deficiência intelectual); e estabelecer uma parceria de benefício mútuo, para promoção do intercâmbio de conhecimentos e práticas no âmbito da saúde mental no envelhecimento.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes referiu que não percebia bem o que estava aqui causa, nomeadamente que ia detetar e selecionar os doentes para participarem nesta ação; que garantias há a nível de proteção de dados.

A Senhora Vereador Regina Gouveia esclareceu que se trata, sobretudo, de um projeto denominado “Menta”, que tem a ver com a saúde mental do idoso, envolvendo várias Universidades, incluindo a UBI. Que está a ser implementado num conjunto de poucas cidades, uma das quais a Covilhã. Há um corpo de investigadores e de responsáveis, que conta com a colaboração do Centro de Atividades na seleção dos idosos que integrarão o objeto de estudo/intervenção.

Que estava salvaguardado tudo o que se prende com rigor e proteção de dados no âmbito do projeto, devidamente sustentado do ponto de vista teórico/científico, não se colocando qualquer dúvida quanto à sua importância.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes, aprovar e celebrar o Protocolo entre o Município da Covilhã e o Centro de Investigação e Desenvolvimento da Beira, tendo por objeto desenvolvimento da parceria no âmbito da candidatura a financiamento ao Concurso a financiamento público (AVISO N.º 18/2014) a projetos no âmbito do Programa Nacional para a Saúde Mental, tendo como finalidade promover a autonomia de pessoas mais velhas com patologia mental crónica (doença mental e ou deficiência intelectual); e estabelecer uma parceria de benefício mútuo, para promoção do intercâmbio de conhecimentos e práticas no âmbito da saúde mental no envelhecimento.

**c) Minuta de Protocolo de Cedência de instalações ao Lions Clube da Covilhã**

Presente Minuta de Protocolo de cedência de instalações, a celebrar entre o Município da Covilhã e o Lions Clube da Covilhã, cujo objeto é regular os termos e as condições de cedência, em regime de comodato, da Loja do Lote 25-C, sita na Quinta da Alâmpada, inscrita na matriz urbana da freguesia da Boidobra sob o artigo n.º 1254, em regime de Prédio em Propriedade Total Sem Andares nem Divisões Suscetíveis de Utilização Independentes, e descrita na Conservatória Predial da Covilhã sob o n.º 00660/230899 da sobredita freguesia, por um período de 10 (dez) anos, com início na data da sua assinatura, renovável por idêntico período, desde que as partes acordem previamente nesse sentido.

Documento que se dá como inteiramente transcrito na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

**A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes, aprovar e celebrar o Protocolo de cedência de instalações, entre o Município da Covilhã e o Lions Clube da Covilhã, cujo objeto é regular os termos e as condições de cedência, em regime de comodato, da Loja do Lote 25-C, sita na Quinta da Alâmpada, inscrita na matriz urbana da freguesia da Boidobra sob o artigo n.º 1254, em regime de Prédio em Propriedade Total Sem Andares nem Divisões Suscetíveis de Utilização Independentes, e descrita na Conservatória Predial da Covilhã sob o n.º 00660/230899 da sobredita freguesia, por um período de 10 (dez) anos, com início na data da sua assinatura, renovável por idêntico período, desde que as partes acordem previamente nesse sentido.**



## 5.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

### **a) Requalificação e apetrechamento de escolas do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas do Teixoso - Conta final e revisão de preços**

A coberto da informação da Divisão de Obras e Planeamento, foi presente a conta final e revisão de preços no valor de 0,00 € da Empreitada de Requalificação e apetrechamento de escolas do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas do Teixoso, onde se conclui que podem ser aprovadas e homologadas pela Câmara Municipal.

**A Câmara deliberou, com as abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, e nos termos da informação do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, aprovar e homologar a conta final e a revisão de preços no valor de 0,00 €, da Empreitada de Obras de Requalificação e Apetrechamento de escolas do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas do Teixoso**

### **b) Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro da Empreitada de obras de reparação da cobertura do edifício da Escola Primária dos Trigais**

Presente para aprovação, Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro da Empreitada de obras de reparação da cobertura do edifício da Escola Primária dos Trigais.

**A Câmara deliberou, com as abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, e nos termos da informação dos serviços, aprovar o Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro da Empreitada de obras de reparação da cobertura do edifício da Escola Primária dos Trigais.**

### **c) Sinalização e Trânsito:**

#### ***- E.N. 18-3 – zona da Ponte Nova – Teixoso***

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2018/6272, propondo o ordenamento do trânsito na E.N. 18-3 – zona da Ponte Nova e reprogramação dos semáforos – Teixoso.

**A Câmara deliberou, com as abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, e nos termos da informação, aprovar a proposta dos serviços de considerar como sentido prioritário o sentido Sra. do Carmo/Caria, a instalação de sinal tipo "B6 - Prioridade nos estreitamentos da faixa de rodagem" no topo da ponte da margem direita do rio, conforme proposta anexa.**

**Mais deliberou encarregar os serviços de procederem em conformidade.**

**- Rua Dr. Manuel Castro Martins – Covilhã**

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2018/2739, propondo o ordenamento do trânsito na Rua Dr. Manuel Castro Martins – Covilhã.

**A Câmara deliberou, com as abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, e nos termos da informação, aprovar a proposta dos serviços com a colocação da marca rodoviária M11 - Passagem para peões (É constituída por barras longitudinais paralelas ao eixo da via, alternadas por intervalos regulares ou por duas linhas transversais contínuas e indica o local por onde os peões devem efetuar o atravessamento da faixa de rodagem, deve ser usada preferencialmente a marca M11) e colocado um sinal vertical de trânsito H7 - Passagem para peões (Indicação da localização de uma passagem para peões).**

**Mais deliberou encarregar os serviços de procederem em conformidade.**

**- Rua José Ramalho / Rua Cidade do Fundão – Covilhã**

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2018/8723, propondo o ordenamento do trânsito na Rua Cidade do Fundão – Covilhã.

**A Câmara deliberou, com as abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, e nos termos da informação, aprovar a proposta dos serviços de Regulamentação de Trânsito da Rua Cidade do Fundão (Rotunda e entroncamento com a Rua José Ramalho), conforme planta em anexo e proceder à colocação de:**

**- Marcação Horizontal**

**- A marcação longitudinal (M1 – linha contínua), no eixo da faixa de rodagem, nos locais assinalados em planta;**

**- A marcação longitudinal (M2 – linha descontínua), no eixo da faixa de rodagem, nos locais assinalados em planta;**

**- A marcação longitudinal (M3 – linha contínua e descontínua), no eixo da faixa de rodagem, nos locais assinalados em planta;**

**A marcação de marcas M9 a (linha de cedência de passagem), linha transversal descontínua, que indica o local de eventual paragem, sendo esta reforçada pela marca no pavimento constituído por um triângulo com base paralela à mesma, nos locais assinalados em planta;**

**- A marcação de 2 marcas M15 - marcas orientadoras do sentido de trânsito, M15 (1) e M15c (1), nos locais assinalados em planta;**

**- A marcação de marcas M17 (raias oblíquas delimitadas por linhas contínuas), nas zonas mortas, não utilizáveis pelos condutores, nomeadamente ilhéus direcionais, nos locais assinalados em planta;**

**- A marcação longitudinal (M19 – guias), Linha Descontínua, nos locais assinalados em planta;**

- A marcação longitudinal (M19 – guias), Linha Continua delimitando a faixa de rodagem em toda a sua extensão e nos locais assinalados em planta;

**- Sinalização Vertical**

- Sinalização a Retirar

- 1 Sinal vertical de proibição C11b (proibição de virar à esquerda), no local assinalado em planta.

**- Outros Trabalhos:**

- Fresagem das zonas com marcações horizontais a alterar, na zona em asfalto;

- Virar a calçada das zonas com marcação horizontal a alterar, sendo efetuado pelo Equipa de Calceteiros do Serviço de Construção Civil.

Mais deliberou, encarregar os serviços de procederem em conformidade.

**d) Iluminação Pública:**

**- Alteração de Potência IP - SITIO MARUJO, 0430 PT, OFICIO 530/2018 Freguesia: FERRO Concelho: COVILHÃ**

Presente informação do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, propondo que a Câmara delibere autorizar a ampliação da rede de iluminação pública no sítio do Marujo, 0430 PT, freguesia do Ferro e aprovar o orçamento apresentado pela EDP, que se anexa, e autorizar a despesa no valor de 0,00 €, valor que inclui IVA, constituindo como despesa o consumo futuro de energia elétrica consumida com o funcionamento da rede de iluminação pública.

**A Câmara deliberou, com as abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, e nos termos da informação do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, autorizar a ampliação da rede de iluminação pública no sítio do Marujo, 0430 PT, freguesia do Ferro e aprovar o orçamento apresentado pela EDP, que se anexa, e autorizar a despesa no valor de 0,00 €, valor que inclui IVA, constituindo como despesa o consumo futuro de energia elétrica consumida com o funcionamento da rede de iluminação pública.**

**- Alteração de Potência IP - RUA FONTE DE BAIXO, 327 PT, Casegas**

Presente informação do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, propondo que a Câmara delibere autorizar a ampliação da rede de iluminação pública na rua Fonte Nova, 327 PT, freguesia de Casegas e aprovar o orçamento apresentado pela EDP, que se anexa, e autorizar a despesa no valor de 0,00 €, valor que inclui IVA, constituindo como despesa o consumo futuro de energia elétrica consumida com o funcionamento da rede de iluminação pública.

**A Câmara deliberou, com as abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Pinto e Adolfo Mesquita Nunes, e nos termos da informação do Senhor Diretor do Departamento de Obras**

**ATA DA REUNIÃO DE 23/03/2018**

**e Planeamento, autorizar a ampliação da rede de iluminação pública na rua Fonte Nova, 327 PT, freguesia de Casegas e aprovar o orçamento apresentado pela EDP, que se anexa, e autorizar a despesa no valor de 0,00 €, valor que inclui IVA, constituindo como despesa o consumo futuro de energia elétrica consumida com o funcionamento da rede de iluminação pública.**

**ATA DA REUNIÃO DE 23/03/2018**

### **5.3 DIVISÃO DE LICENCIAMENTO**

Não existem documentos agendados neste ponto.

#### 5.4 DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

**a) Processo de Obras Nº 375 – Megaestrutura – Gabinete de Engenharia e Arquitetura, Lda.**

Presente informação da Divisão de Urbanismos e parecer da Chefe de Divisão, Eng.<sup>a</sup> Isabel Matias, relativa à possibilidade de acionamento do remanescente da caução prestada, no valor de 21.219,50€, nos termos do n.º 3 do artigo 84.º do RJUE, para efeitos de realização dos trabalhos pela Câmara Municipal em substituição do loteador, respeitante à empreitada de obras de urbanização – 2.ª fase, construção de infraestruturas do loteamento da Megaestrutura, freguesia da Boidobra – Processo n.º 375.

Documento que se dá como inteiramente reproduzidos na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Vereador Carlos Pinto questionou para que efeito e quais os trabalhos que estão na previsão da Câmara, em relação à garantia bancária, uma vez que o valor não é suficiente para a realização dos trabalhos.

O senhor Presidente deu o uso da palavra à Senhora Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, esclareceu que de acordo com uma estimativa orçamental da DO, o valor dos trabalhos que estão por realizar é superior ao valor da garantia bancária.

Usou da palavra a Senhora Diretora do departamento de Administração Geral, acrescentando que o que estava em discussão e votação é somente o acionamento da garantia bancária existente para ser aplicada em parte dos trabalhos que estão por realizar. Quanto aos trabalhos que não são possíveis realizar, tendo em conta o acionamento da garantia, será objeto de um processo de despesa e contratação pública que decorrerá nos termos da lei.

Uso, novamente, da palavra o Senhor Vereador Carlos Pinto e, face aos esclarecimentos, registou que “a Câmara irá assumir as obras na totalidade, mas que não tem neste momento garantia, para além deste valor, em termos de comunicação ao banco de que estes trabalhos serão pagos. Se a Câmara vai terminar trabalhos num loteamento, a questão que coloco é se não há espaço para a Câmara assegurar a contrapartida, em terrenos ou lotes existentes, que deem cobertura aos trabalhos que superam o valor da garantia. Deixo isto apenas para cuidados na defesa do interesse público.”

**A Câmara deliberou, com o voto contra do Senhor Vereador Carlos Pinto e a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes, e nos termos da informação dos serviços e parecer da Senhora Chefe de Divisão, Eng.<sup>a</sup> Isabel Matias, aprovar o acionamento do remanescente da caução prestada, no valor de 21.219,50€, nos termos do n.º 3 do artigo 84.º do RJUE, para efeitos de realização dos trabalhos pela Câmara Municipal em substituição do loteador, respeitante à empreitada de obras de urbanização – 2.ª fase, construção de infraestruturas do loteamento da Megaestrutura, freguesia da Boidobra – Processo n.º 375.**

**ATA DA REUNIÃO DE 23/03/2018**

**5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE**

Não existem documentos agendados neste ponto.

**ATA DA REUNIÃO DE 23/03/2018**

**5.6. DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO**

Não existem documentos agendados neste ponto.



## INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Senhor David Silva**, na qualidade de representante da empresa Residence, chamou a atenção para o facto de as áreas do PARU e ARU não serem coincidentes, na zona da Faculdade de Engenharias, onde se insere o edifício que o seu representado pretende reconstruir, inviabilizando a candidatura ao IFRU.

Nesse sentido, solicitou a sua revisão.

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo, chamou a atenção da Câmara para repararem o rail e o piso na passagem superior de acesso ao Tortosendo, face a estarem a receber reclamações da sua perigosidade, bem como de procederem à poda das árvores na EN 230.

- **Senhora D. Maria Alice Santos** chamou a atenção da Câmara para o mau estado de conservação do Caminho do Alto de S. Gião – Sr.<sup>a</sup> do Carmo, falta de limpeza das bermas e de iluminação, situação preocupante para os residentes.

O Senhor Presidente disse que era a primeira vez que estava a ter conhecimento de tal situação e que iria ser solucionado brevemente.

- **Senhora D. Célia Martins** abordou a situação referente à construção de uma garagem contruída ilegalmente em 1980 pelo seu pai, em Cantar-Galo, a qual foi sujeita a embargo e demolição. Posteriormente, submeteram projeto para construção de uma nova garagem a qual foi devidamente licenciada pela Câmara. Recentemente, após nova reclamação à Câmara, por parte de um seu familiar que habita o prédio, respeitante ao fecho de marquises, foi submetido o respetivo projeto de alterações. Entretanto foi o seu pai notificado para pagamento de uma coima no montante de 2.051,00€ e por estranho que parecesse refere também a garagem que foi devidamente licenciada em 1980, desconhecendo a razão de tal procedimento.

A outra situação prendia-se com a reclamação de um galinheiro junto ao prédio, para o qual foi notificado pelo Sr. Veterinário que tinha de o retirar, chamando a atenção que cerca de 80% dos residentes tinham galinheiros.

O Senhor Presidente solicitou que fosse deixado contacto para efeitos de os serviços verem o que podem fazer dentro do quadro legal em vigor.

- **Senhor Artur Fonseca Neves** solicitou à Câmara autorização, face a ter colocado um fogão para aquecimento, na habitação social em Boidobra, onde reside a sua mãe.

O Senhor Presidente solicitou que fosse deixado contacto para analisarem a situação.

- **Senhora D. Anabela Machado** informou dos contactos que teve com os serviços camarários, respeitante ao pedido de indemnização sobre os danos causados à sua viatura na Rua de Timor, em 27 de dezembro último, derivado da queda de uma árvore na via pública, situação que lhe está a causar bastante transtorno na sua vida pessoal e profissional, esperando obter uma resposta.

## ATA DA REUNIÃO DE 23/03/2018

O Senhor Presidente informou que teve nota do ocorrido e da declinação por parte da seguradora. Que o assunto estava a ser analisado pelos serviços jurídicos e, caso dessem parecer favorável, seria indemnizada.

- **Senhor António Fiúza** sugeriu à Câmara, por considerar existir alguma perigosidade, o abate de algumas árvores na Rua Marquês d'Ávila e Bolama (S. Tiago); a colocação de novo gradeamento, uma vez que o existente ardeu aquando do incêndio, no acesso à Fonte Santa; e abordou, novamente, a necessidade de reparação da via entre o Colégio das Freiras e o Bairro de Santo António e a deslocalização das passadeiras na Av. da Universidade.

O Senhor Presidente agradeceu as questões levantadas e esclareceu que alguns terá resolução mais imediata outros será mais tardia, por ausência de meios, mas que lá chegará a altura da sua resolução.

- **Senhor Armando Almeida** alertou novamente a Câmara para a necessidade de regulação do trânsito no Sineiro, junto à Faculdades das Ciências Sociais e Humanas.

Sobre a temática da nova Lei sobre a limpeza das florestas, manifestou e sugeriu que se intercedesse junto das forças de segurança, para que atuassem ponderadamente.

**APROVAÇÃO EM MINUTA**

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

**VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES**

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

**MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS**

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 0,00 €.

**ENCERRAMENTO**

Pelas 11:40 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

**O Presidente,** \_\_\_\_\_

**A Diretora do Departamento de Administração Geral** \_\_\_\_\_